

13-07-2020

“Liberdade é o dia de hoje”

Ernani Costa Mendes

[Fisioterapeuta INCA/Ministério da Saúde.
Doutor em Ciências ENSP/Fiocruz]

No “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, o capítulo *Teorias Raciais* da premiada autora Lilia Moritz Schwarcz, publiciza: “*Um dia após a promulgação da Lei Áurea, a mais popular e a última do Império, a Gazeta da Tarde estampou a chamada:*” “Liberdade é o dia de hoje”. Certamente as letras não palatáveis do vespertino sentenciava que a liberdade custaria muito caro ao contingente negro que acabara de conquistar o tão sonhado passe livre. No meio ao turbilhão de emoções e incertezas geradas para os libertos, a desigualdade social e os seus rumos marcariam definitivamente o futuro daquela população. Uma frase que reiterava a sentença acima era bem corriqueira no antigo Império, segundo Schwarcz, a liberdade é negra, mas a igualdade é branca, ou seja, essa frase traduzia a convicção de uma supremacia branca.

Essa convicção pare uma arqueologia moral que nutre por séculos e séculos o ideário da “branquitude”, principalmente em seu aspecto mais medonho, que é a manutenção de privilégios de um determinado grupo de pessoas. As palavras não são inocentes, muito pelo contrário, são carregadas de sentidos, como bem me ensinou a professora Inesita Soares de Araújo do Laces / Ict / Fiocruz. A palavra liberdade, por exemplo, tem contextualização histórica bem politizada.

Para a população negra estar “livre” hoje significou dizer que muitos deram os seus sangues e tantos outros os corpos por essa causa. Um exemplo disso foi a guerra civil americana, uma das mais sangrentas já vista, com um saldo de 750.000 mortes por ocasião da abolição da escravidão nos Estados Unidos ([veja](#)). A escravidão é uma chaga aberta no coração da humanidade marcando o seu desenvolvimento histórico e político! E seus efeitos perduram nas estruturas que fundam e sustentam o mundo de relação, em suas complexidades econômicas, políticas e sociais. Seus efeitos se entranharam acentuadamente no trabalho, cujo papel central no organismo social é a construção das materialidades que compõem esse mundo. Com o tráfico negreiro, inaugura-se a importação internacional de pessoas para o trabalho! Na experiência do tráfico transatlântico a escravidão de pessoas foi ligada pela primeira vez na história à cor da pele, nascendo daí a ideologia de raça (racismo). Milhões de negros foram arrancados, sequestrados, abduzidos de seus territórios pátrios para trabalhar e construir um “mundo novo” totalmente alheio às suas realidades.

Para eles, o trabalho surge com sofrimento, dor, exploração, doença mental (banzo) e morte. Nasce forçado, colonizado, castigado e não remunerado (Gomes, 2019).

A frase do vespertino pululava nas mentes dos senhores de escravos (patrões da época) e organizava a moralidade dominante. Sistematizava a desvalorização do negro no contexto social e desconsiderava a liberdade como passaporte para obtenção de direitos, de igualdade.

Essa moralidade sustentava e sustenta o distanciamento social entre pessoas cindindo a sociedade em classes/raças num processo de (re)criação de desigualdades. Esse *modus operandi* nasce na escravidão, corporifica-se na truculenta revolução industrial e amadurece no auge do processo de globalização da economia que, cada vez mais, lança seus tentáculos sedentos por lucros custe o que custar. Quão força tem esse inconsciente em romper os véus da história e permanecer subsidiando o domínio patriarcal, imperial, colonizador que vige até os dias atuais! Tráfico, trabalho escravo, racismo. Como não pensar nessa linearidade, onde a dominação e a violência marcavam as relações, cerceavam as liberdades e matavam inocentes. Como não imaginar a dureza de caráter e convicção do dominador em destruir vidas, nações e culturas apenas para satisfazer desejos econômicos e de poder. E como não imaginar as repercussões maléficas que aviltaram por anos e anos as almas e o inconsciente do povo africano tão cruelmente depauperado... “*A própria história da formação da classe operária brasileira foi profundamente contaminada pelo marco de 13 de maio de 1888, que também encontraria nessa efeméride seu ponto de mutação... O modelo de produção do Império do Brasil era escravista, não havia condições estruturais e conjunturais para que os trabalhadores livres e libertos alcançassem plena consciência de sua realidade social - situação piorada pela “anomia” herdada de seus ancestrais escravizados...*” (Cord; Souza, 2018). Sobre essa herança, Lélia Gonzalez, eminente antropóloga e ativista negra, triangulando marxismo, psicanálise, ciências sociais e história, afirmou que a neurose cultural brasileira que negava a estruturação de uma sociedade hierárquica e racista, por conseguinte, autoritária, tinha no racismo o seu sintoma por excelência. O mito da democracia racial foi e ainda é um dos mais eficazes mitos de dominação, impedindo a consciência objetiva e coletiva do racismo e o reconhecimento de suas práticas vis. A ideologia de raça foi e é o motor principal na geração de subjetividades subalternizadas nos negros e narcisísticas nos brancos (Rattz, 2010; Oliveira, 2020). No *best seller* “Racismo Estrutural” (2018), o advogado e professor Silvio Luiz de Almeida afirma “*que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político, em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas.*”

continua

A partir dessa perspectiva, entende-se à fundamentação da “suspensão” de direitos fundamentais à população negra, como o não acesso ao trabalho digno e bem remunerado, à moradia, à segurança, à saúde etc. A pandemia da Covid-19 atualiza e demarca bem essa “suspensão” de direitos. “Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil” ([veja](#)) E o que o racismo tem a nos dizer em relação à cobertura dos cuidados paliativos para a população negra? Ainda não sabemos, apenas desconfiamos, porém já começamos a discutir esse tema num seminário *online* ([veja](#)) Cem anos após a fatídica notícia imperiana, Alvinho, Hélio Turco e Jurandir questionaram a tal liberdade na obra de arte que compuseram para o desfile da Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, em 1988, por ocasião do centenário da Lei Áurea: “100 Anos de Liberdade, Realidade Ou Ilusão”, vale a pena conferir!

“Será que já raiou a liberdade / Ou se foi tudo ilusão /
Será, oh, será / Que a lei áurea tão sonhada /
Há tanto tempo assinada / Não foi o fim da escravidão /
Hoje dentro da realidade / Onde está a liberdade /
Onde está que ninguém viu...” ([ouça](#))

■ ■ ■

Referências

- Almeida, SL. Racismo Cultural. São Paulo: Pólen, 2018.
- Gomes, L. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- Cord, MM; Souza, R.S. Trabalhadores livres e escravos. In: Schwarcz, L.M; Gomes, F. (Orgs.) Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Oliveira, AC. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. *Interritórios*; 2020. 6 (10):89-104.
- Ratts, A; Rios, F. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- Schwarcz, L.M. Teorias Raciais. In: Schwarcz, LM; Gomes, F. (Orgs.) Dicionário da Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.